

CAPÍTULO 1 - ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL.....	37
1. ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	37
2. POLICIAMENTO OSTENSIVO EM ÂMBITO FEDERAL	39
2.1. Policiamento marítimo, aeroportuário e de fronteiras pela Polícia Federal.....	39
2.2. Atuação ostensiva da Polícia Rodoviária Federal.....	40
2.3. A Polícia Ferroviária Federal.....	41
3. ATUAÇÃO INVESTIGATIVA DA POLÍCIA FEDERAL	41
3.1. Considerações iniciais.....	41
3.2. Infrações contra a ordem política e social.....	44
3.3. Infrações envolvendo interesse federal	45
3.4. Infrações de repercussão interestadual e internacional que exijam repressão uniforme	45
3.5. Prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas, contrabando e descaminho	49
3.6. Crimes envolvendo atos de terrorismo	50
3.7. Inquérito Policial de Expulsão.....	51
3.8. Polícia judiciária eleitoral.....	51
4. SEGURANÇA PÚBLICA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS.....	54
4.1. Atuação permanente e cooperativa das Forças Armadas.....	54
4.2. Atuação das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)	56

CAPÍTULO 2 – INVESTIGAÇÃO NOS CRIMES FEDERAIS	59
1. INQUÉRITO POLICIAL NOS CRIMES FEDERAIS	59
1.1. Natureza jurídica e funções do inquérito policial.....	59
1.2. É indispensável o inquérito policial?	61
1.3. Procedimento escrito e inquérito eletrônico	63
1.4. Sigilo.....	64
1.4.1. Sigilo interno e sigilo externo	64
1.4.2. O direito à revelação, divulgação ou abertura dos elementos obtidos em diligências investigatórias (“ <i>right to disclosure</i> ”)	67
1.5. Inquisitorialidade do inquérito policial	71
1.5.1. Contraditório e ampla defesa na fase investigatória	71
1.5.2. O alcance das prerrogativas defensivas na fase investigatória	73
1.6. Investigação de integrantes das forças de segurança pública	82
1.6.1. Indicação de defensor	82
1.6.2. Aspectos procedimentais	83
1.6.3. Indicação de defensor pela instituição	85
1.7. Conhecimento e comunicação de infração penal.....	87
1.7.1. <i>Notitia criminis</i> de cognição imediata (espontânea)	87
1.7.2. <i>Notitia criminis</i> de cognição mediata (provocada)	87
1.7.3. <i>Notitia criminis</i> de cognição coercitiva	87
1.7.4. <i>Delatio criminis</i>	88
1.7.5. <i>Delatio criminis</i> postulatória	88
1.7.6. <i>Notitia (delatio) criminis</i> inqualificada	90
1.8. Registro e distribuição das comunicações de infração penal....	93
1.9. Declínio de atribuições investigativas por parte da Polícia Federal.....	94
1.10. Instauração do inquérito policial.....	95
1.10.1. Formalidades.....	95
1.10.2. Início das investigações nos crimes de ação penal pública incondicionada	96

1.10.2.1. Instauração de ofício pela autoridade policial.....	96
1.10.2.2. Instauração por requisição de autoridade judiciária ou membro do Ministério Público ...	98
1.10.2.2.1. Requisição do Ministério Público ...	98
1.10.2.2.2. Requisição da autoridade judiciária.....	99
1.10.2.2.3. Inquérito nº 4.781 no STF (inquérito das <i>fake news</i>)	101
1.10.3. Início das investigações nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal privada	103
1.11. Investigação de autoridade com prerrogativa de função	106
1.11.1. Regra geral: (in)existência de controle judicial prévio.....	106
1.11.2. Investigação de autoridades com prerrogativa de foro no STF.....	109
1.11.3. Descoberta fortuita de coinvestigados detentores de foro por prerrogativa de função	111
1.12. Investigação de magistrados e membros do Ministério Público	114
1.13. Atribuições e poderes do Delegado de Polícia no inquérito policial	117
1.13.1. Independência funcional do Delegado de Polícia.....	117
1.13.2. Poderes instrutórios, requisitórios e capacidade postulatória do Delegado de Polícia	120
1.14. Prazo para conclusão do inquérito nos crimes federais.....	122
1.15. Tramitação direta do inquérito policial entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.....	129
1.15.1. Premissas da tramitação direta.....	129
1.15.2. Aspectos procedimentais	130
1.15.2.1. Registro e controle	130
1.15.2.2. Publicidade e acesso do defensor à investigação	131
1.15.3. Restrição a direito e impossibilidade de tramitação direta	131
1.15.4. Legalidade e constitucionalidade.....	132

1.16.	Indiciamento e desindiciamento.....	138
1.17.	Relatório e conclusão do inquérito policial	141
1.18.	Declínio e conflito de atribuições entre Ministérios Públicos....	142
1.18.1.	Declínio de atribuições	142
1.18.2.	Conflito de atribuições.....	143
1.19.	Arquivamento do inquérito policial	146
1.19.1.	Procedimento anterior à Lei nº 13.964/2019	146
1.19.2.	Procedimento posterior à Lei nº 13.964/2019.....	148
1.19.3.	Arquivamento implícito e arquivamento indireto.....	152
1.19.4.	Arquivamento do inquérito nos crimes de ação penal originária do STF	153
2.	INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	155
2.1.	Poderes investigatórios do Ministério Público	155
2.2.	Procedimento Investigatório Criminal – PIC	157
3.	PODERES REQUISITÓRIOS E O ACESSO A INFORMAÇÕES E DADOS SIGILOSOS.....	160
3.1.	Considerações iniciais.....	160
3.2.	Dados telefônicos, informações cadastrais e comunicações privadas armazenadas em dispositivos informáticos	161
3.2.1.	Considerações gerais.....	161
3.2.2.	Dados cadastrais de identificação	163
3.2.3.	Acesso ao conteúdo de comunicações em dispositivos informáticos	166
3.2.3.1.	Interceptação de diálogos em tempo real.....	166
3.2.3.2.	Acesso a dados e comunicações armazena- das.....	168
3.2.3.3.	Requerimento de “simples guarda” de regis- tros de acesso e conexão à internet.....	172
3.2.4.	(Des)necessidade dos instrumentos de cooperação internacional para a obtenção de dados armazenados no exterior	173
3.3.	Geolocalização e acompanhamento em tempo real	177
3.3.1.	Geolocalização em relação a delito já praticado	177
3.3.2.	Acompanhamento em tempo real e localização de suspeitos de delito em curso.....	179

3.4.	Sigilo financeiro e fiscal.....	183
3.5.	Requisição de dados fiscais e bancários pelo Corregedor Nacional de Justiça	185
4.	COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS ENTRE A RECEITA FEDERAL, O COAF E OS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL.....	187
4.1.	Acesso a informações sigilosas pela Receita Federal do Brasil e pelo COAF	187
4.2.	Constitucionalidade do acesso a informações sigilosas	190
4.3.	Compartilhamento de dados sigilosos com órgãos de persecução penal: evolução jurisprudencial.....	191
4.4.	Compartilhamento de dados sigilosos quando inexistente Representação Fiscal para Fins Penais.....	194
4.5.	Compartilhamento de dados sigilosos quando inexistente Relatório de Inteligência Financeira por parte do COAF.....	196

CAPÍTULO 3 – CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

1.	O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	199
1.1.	Regulamentação e objetivos.....	199
1.2.	Controle difuso e controle concentrado.....	201
1.3.	Controle ordinário e extraordinário.....	203
1.4.	Órgãos controlados	204
1.5.	Abrangência da atuação.....	205
1.5.1.	Verificação de estabelecimentos prisionais e visita a repartições policiais	205
1.5.2.	O acesso a documentos relativos à atividade-fim policial	206
1.5.2.1.	A abrangência dos documentos relativos à “atividade-fim policial”	206
1.5.2.2.	Inspeção em inquéritos policiais e documentos de natureza persecutória	207
1.5.2.3.	A controvérsia envolvendo o acesso às Ordens de Missão Policial (OMP).....	208
1.5.2.4.	Controle externo de atividades de inteligência e os Relatórios de Inteligência da Polícia Federal (RELINT)	210

1.5.2.5. Acesso a fichas correcionais e documentos pessoais dos policiais	212
1.5.3. Providências e responsabilização de agentes por irregularidades no exercício da atividade policial	213

CAPÍTULO 4 - INTRODUÇÃO À COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 219

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL FEDERAL	219
2. COMPETÊNCIA CRIMINAL	223
2.1. Considerações iniciais.....	223
2.2. Competência em razão da matéria.....	224
2.3. Competência em razão da pessoa (foro por prerrogativa de função)	225
2.3.1. Considerações gerais.....	225
2.3.2. Sentido e alcance do foro por prerrogativa na visão do STF.....	228
2.3.3. Extensão do entendimento adotado na AP 937-QO a cargos não eletivos.....	231
2.3.4. Prorrogação do foro por prerrogativa de função em caso de sucessão de mandatos.....	234
2.3.5. Foro por prerrogativa de função previsto fora da Constituição Federal	238
2.3.5.1. Considerações gerais.....	238
2.3.5.2. Foro por prerrogativa previsto nas Constituições dos Estados em simetria ao previsto na Constituição Federal	240
2.3.5.3. Foro por prerrogativa previsto nas Constituições dos Estados assimétrico ao previsto na Constituição Federal	241
2.3.5.4. Foro por prerrogativa para autoridades municipais.....	244
2.3.5.5. A Súmula Vinculante nº 45 do STF	247
2.3.6. Coautoria com pessoas sem foro por prerrogativa	249
2.3.7. Prerrogativa não extensível a ações por improbidade administrativa	250
2.3.8. Prerrogativa de foro aplicada à Justiça Federal.....	250

2.4.	A definição da competência territorial.....	252
2.4.1.	Competência territorial: considerações gerais.....	252
2.4.2.	Crterios para a definição da competência territorial ..	254
2.4.2.1.	Teoria do resultado.....	254
2.4.2.2.	Domicílio da vítima	255
2.4.2.3.	Domicílio ou residência do investigado ou réu.....	256
2.4.2.4.	Eleição de foro na ação penal privada.....	257
2.4.3.	Competência territorial nos crimes envolvendo fraudes bancárias.....	257
2.4.3.1.	Distinção entre furto mediante fraude e estelionato.....	257
2.4.3.2.	Competência territorial no furto mediante fraude	260
2.4.3.3.	Competência territorial no estelionato (Lei nº 14.155/2021).....	262
2.4.3.3.1.	Considerações iniciais.....	262
2.4.3.3.2.	Estelionato por meio de emissão de cheque sem provisão de fundos	263
2.4.3.3.3.	Estelionato por meio de cheque clonado, adulterado ou falsificado	264
2.4.3.3.4.	Competência no estelionato por meio de depósito em dinheiro ou transferência de valores	265
2.4.3.3.5.	Aplicação da Lei nº 14.155/2021 no tempo.....	266
2.4.4.	Competência territorial na internalização ilícita de mercadorias envolvendo o comércio eletrônico e o serviço postal.....	267
2.4.4.1.	Contrabando e descaminho	267
2.4.4.2.	Tráfico de drogas.....	270
2.4.4.3.	Internalização ilícita de medicamentos	272
2.4.5.	Competência territorial nos crimes à distância	274

2.4.6.	Competência territorial nos crimes cometidos fora do território nacional	275
2.4.7.	Competência territorial nos crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves	275
2.4.8.	Peculiaridades da competência territorial na Justiça Federal	277
2.5.	A definição do juízo competente: distribuição e prevenção...	277
2.6.	A prevenção como critério subsidiário de definição da competência territorial	279
2.7.	Conexão e continência: aspectos conceituais	281
2.7.1.	Conexão.....	281
2.7.2.	Continência.....	286
2.8.	Conexão e continência entre crimes da competência federal e estadual	287
2.8.1.	Incidência da Súmula 122 do STJ.....	287
2.8.2.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> na conexão entre crimes da competência federal e estadual	290
2.8.2.1.	Considerações gerais.....	290
2.8.2.2.	Absolvição em relação ao crime federal.....	291
2.8.2.3.	Desclassificação do crime federal para crime da competência da Justiça Estadual	295
2.8.2.4.	Extinção da punibilidade em relação ao crime federal	302
2.8.2.5.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> e criação superveniente de vara federal no local dos fatos.....	303
2.9.	Outras hipóteses de reunião de processos por conexão e continência	306
2.9.1.	Reunião de infrações de menor potencial ofensivo com outros crimes	306
2.9.2.	Reunião de processos da competência do Tribunal do Júri e de outro órgão da jurisdição comum	307
2.9.3.	Reunião de processos de jurisdições da mesma categoria	310
2.9.4.	Reunião de processos de jurisdições de diversas categorias	313

2.9.5.	Reunião de processos da jurisdição comum e especial.....	314
2.9.6.	Exceções à unidade de processo e julgamento nos casos de conexão e continência.....	314
3.	EFEITOS DOS ATOS PRATICADOS POR JUIZ INCOMPETENTE.....	317
3.1.	Considerações gerais.....	317
3.2.	Recebimento da denúncia por juiz absolutamente incompetente.....	322
3.3.	Sentença proferida por juiz absolutamente incompetente	324

CAPÍTULO 5 – MATÉRIAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 329

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	329
2.	CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	330
2.1.	Contravenções penais que lesam interesse federal.....	330
2.2.	Aparente conexão entre contravenções e crimes federais	331
2.3.	Contravenção penal praticada pela <i>Internet</i>	332
3.	CRIMES MILITARES.....	333
3.1.	Considerações iniciais.....	333
3.2.	A ampliação conceitual do crime militar	334
3.3.	Crimes militares praticados por militares inativos ou civis	342
3.4.	Homicídios praticados por militares contra civis.....	347
3.5.	Conflito aparente de leis e especialidade da legislação militar.....	351
3.6.	Aplicação da Lei nº 13.491/2017 no tempo.....	353
4.	CRIMES DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	356
4.1.	Considerações sobre a competência criminal da Justiça Eleitoral.....	356
4.2.	Conexão ente crimes eleitorais e federais.....	358
4.3.	Especialização de zonas eleitorais com competência criminal	365
5.	ATOS INFRACIONAIS.....	365

CAPÍTULO 6 – COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL

FEDERAL	369
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	369
2. BENS, SERVIÇOS E INTERESSES FEDERAIS (art. 109, IV, CF)	371
2.1. Considerações gerais	371
2.2. Crimes políticos.....	372
2.2.1. Crime político: perspectiva a partir da revogada Lei nº 7.170/1983	372
2.2.2. Lei 14.197/2021: considerações gerais.....	374
2.2.3. Competência nos crimes previstos pela Lei nº 14.197/2021	377
2.2.4. Competência recursal e <i>habeas corpus</i> no julgamento de crimes políticos.....	378
2.3. Bens, serviços ou interesses federais	381
2.3.1. Considerações gerais.....	381
2.3.2. Titularidade do interesse federal.....	382
2.3.3. Crimes envolvendo sociedades de economia mista federais	384
2.3.4. Bens federais.....	387
2.3.5. Serviços federais.....	388
2.3.6. Interesses federais	390
2.4. Casos selecionados.....	390
2.4.1. Extração ilegal de recursos minerais.....	390
2.4.2. Crimes envolvendo bens da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.....	397
2.4.3. Crimes em detrimento da Caixa Econômica Federal ...	399
2.4.3.1. Considerações gerais.....	399
2.4.3.2. Crimes praticados em face de correspondentes bancários e casas lotéricas.....	401
2.4.3.3. Crimes envolvendo caixas eletrônicos	402
2.4.4. Crimes em detrimento dos Correios (EBCT).....	403
2.4.4.1. Considerações gerais.....	403
2.4.4.2. Agências franqueadas e “Banco Postal”	404

2.4.5.	Crimes envolvendo interesse arrecadatário do INSS...	407
2.4.5.1.	Considerações gerais.....	407
2.4.5.2.	Falsa anotação em carteira de trabalho.....	409
2.4.6.	Crimes que têm como autor ou vítima servidor público federal	410
2.4.6.1.	Crimes praticados por servidor público federal.....	410
2.4.6.2.	Crimes que tem como vítima servidor público federal	413
2.4.6.2.1.	O critério da relação com as funções desempenhadas	413
2.4.6.2.2.	Competência territorial nos crimes contra a honra de servidor público federal praticados pela <i>Internet</i>	414
2.4.7.	Crimes contra a fé pública federal	417
2.4.7.1.	O critério da entidade lesada com a conduta.....	417
2.4.7.2.	Moeda falsa	422
2.4.7.3.	Interposição fraudulenta de terceiros em importação.....	423
2.4.7.4.	Falsificação de Carteira de Habilitação de Arrais Amador e Caderneta de Inscrição e Registro (CIR)	424
2.4.8.	Crimes contra a administração da justiça	426
2.4.9.	Competência nos crimes envolvendo verbas federais	433
2.4.9.1.	A preponderância do critério da prestação de contas.....	433
2.4.9.2.	Verba incorporada ao patrimônio do estado ou município.....	438
2.4.9.3.	Inaplicabilidade das Súmulas 208 e 209 do STJ em âmbito cível.....	440
2.4.9.4.	Crimes envolvendo recursos do SUS	442
2.4.9.5.	Cobrança indevida de honorários por médico vinculado ao SUS	444
2.4.9.6.	Crimes envolvendo irregularidades no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.....	446

2.4.9.7. Crimes envolvendo verbas do FUNDEB.....	449
2.4.9.8. Crimes envolvendo imóveis financiados pelo "Programa Minha Casa Minha Vida"	451
2.4.9.8.1. Esbulho possessório de imóvel finan- ciado pelo "Programa Minha Casa Minha Vida"	451
2.4.9.8.2. Venda irregular de imóvel finan- ciado pelo "Programa Minha Casa Minha Vida"	452
2.4.10. Crimes envolvendo internalização ilícita de mercado- ria	454
2.4.10.1. Contrabando e descaminho	454
2.4.10.1.1. Competência da Justiça Federal	454
2.4.10.1.2. Princípio da insignificância	457
2.4.10.1.3. Competência territorial: regra geral	459
2.4.10.1.4. Competência territorial nos crimes de contrabando e descaminho via postal ou resultante de comércio eletrônico.....	459
2.4.11.2. Internalização de medicamentos estrangeiros sem registro na ANVISA	461
2.4.11.2.1. Enquadramento típico e despro- porcionalidade da pena	461
2.4.11.2.2. Competência da Justiça Federal	466
2.4.11.2.3. Competência territorial	467
2.4.12. Crimes envolvendo telecomunicações	469
2.4.12.1. Considerações gerais	469
2.4.12.2. Enquadramento típico	469
2.4.12.3. Captação clandestina de sinal de TV por assinatura: enquadramento típico e compe- tência.....	473
2.4.12.4. Princípio da insignificância.....	475
2.4.13. Crimes envolvendo terrorismo (Lei nº 13.260/2016) ...	478
2.4.13.1. Competência da Justiça Federal.....	478
2.4.13.2. A identificação do ato terrorista	479

2.4.14. Competência federal em crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998)	482
2.4.14.1. Preservação do meio ambiente: competência comum.....	482
2.4.14.2. Crimes ambientais praticados em detrimento de bens da União	482
2.4.14.3. Crime ambiental praticado em área protegida pela União.....	486
2.4.14.4. Crime envolvendo espécie oficialmente ameaçada de extinção	491
2.4.14.5. Falsificação de Documento de Origem Florestal – DOF	493
2.4.14.6. Crimes ambientais transnacionais.....	499
2.4.14.7. Liberação de Organismos Geneticamente Modificados – OGM.....	500
2.4.15. Crime praticado por brasileiro no exterior cujo julgamento tenha sido transferido para a jurisdição brasileira por negativa de extradição	502
2.4.15.1. Vedação à extradição de brasileiro: regra e exceções.....	502
2.4.15.2. O dever de extraditar ou julgar (<i>aut dedere aut judicare</i>).....	506
2.4.15.3. Jurisdição competente no território brasileiro.....	507
2.4.16. Competência nos crimes praticados contra brasileiro no exterior	512
2.4.17. Competência nos crimes praticados em embaixada ou consulado estrangeiro no Brasil.....	516
3. CRIMESTRANSNACIONAIS PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO (art. 109, inciso V, CF).....	517
3.1. Considerações iniciais.....	517
3.2. Crimes praticados por meio da rede mundial de computadores.....	520
3.2.1. Transnacionalidade nos crimes praticados por meio da <i>Internet</i>	520

3.2.2.	Crimes com viés discriminatório praticados por meio da <i>Internet</i>	525
3.2.3.	Crimes envolvendo conteúdo homofóbico praticados por meio da <i>Internet</i>	531
3.2.4.	Competência territorial nos crimes cometidos por meio da <i>Internet</i>	533
3.2.5.	Crimes praticados pela <i>Internet</i> envolvendo violência contra a mulher	535
3.2.6.	Crimes praticados por meio de canal de TV a cabo.....	536
3.3.	Competência da Justiça Federal nos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	536
3.3.1.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil	536
3.3.2.	Competência nas condutas destinadas ao consumo pessoal de drogas (art. 28 da Lei nº 11.343/06)	537
3.3.3.	Importação clandestina de “sementes de maconha”... ..	541
3.3.3.1.	Enquadramento típico	541
3.3.3.2.	A evolução do entendimento no STJ.....	547
3.3.3.3.	Uso medicinal da <i>cannabis</i> : competência para concessão de salvo-conduto	549
3.3.4.	Transporte transnacional de folhas de coca.....	552
3.3.5.	Tráfico transnacional de drogas.....	553
3.3.5.1.	A identificação da transnacionalidade da conduta	553
3.3.5.2.	Licitude no país de origem e transnacionalidade do tráfico	559
3.3.5.3.	Concomitância entre transnacionalidade e interestadualidade	561
3.3.5.4.	A competência territorial no tráfico transnacional	562
3.3.5.5.	Competência no tráfico de drogas por meio do serviço postal	563
3.3.5.6.	Atuação territorial do Ministério Público Federal	565
3.4.	Competência da Justiça Federal no tráfico internacional de armas de fogo (Lei nº 10.826/03).....	569

3.4.1.	Considerações iniciais	569
3.4.2.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil	571
3.4.3.	Internacionalidade do tráfico de armas e munições....	571
3.4.4.	Competência territorial no tráfico de armas e munições	573
3.5.	Competência da Justiça Federal no tráfico internacional de pessoas.....	574
3.5.1.	Considerações gerais.....	574
3.5.2.	Compromisso internacional assumido pelo Brasil.....	575
3.5.3.	Transnacionalidade da conduta	576
3.6.	Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo direito de crianças e adolescentes	577
3.6.1.	Considerações iniciais	577
3.6.2.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....	578
3.6.3.	Transnacionalidade da conduta	578
3.7.	Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo violação de direitos autorais.....	580
3.7.1.	Considerações gerais	580
3.7.2.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil	581
3.7.3.	Transnacionalidade da conduta	582
3.7.4.	Compartilhamento de TV por assinatura por meio de <i>card sharing</i>	584
4.	INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC (art. 109, V-A, CF)	585
4.1.	Considerações gerais	585
4.2.	Excepcionalidade e subsidiariedade.....	586
5.	CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SISTEMA FINANCEIRO E ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 109, VI, CF)	591
5.1.	Competência da Justiça Federal nos crimes contra a organização do trabalho.....	591
5.1.1.	Crimes previstos no Título IV do Código Penal	591
5.1.2.	Redução à condição análoga à de escravo.....	593
5.2.	Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo o Sistema Financeiro Nacional	596
5.2.1.	Aspectos conceituais do Sistema Financeiro Nacional	596

5.2.2.	Crítérios para a identificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986)	600
5.2.3.	Crimes envolvendo ativos virtuais (criptomoedas)	607
5.3.	Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo o Mercado de Capitais.....	614
5.4.	Competência da Justiça Federal nos crimes de Lavagem de Capitais.....	617
5.5.	Competência da Justiça Federal nos crimes contra a ordem econômica	622
5.5.1.	Competência federal nos crimes previstos na Lei nº 8.176/1991	622
5.5.1.1.	Crimes relacionados à adulteração de combustíveis	622
5.5.1.2.	Usurpação de matéria prima da União	624
5.5.2.	Competência no crime contra a ordem econômica previsto na Lei nº 8.137/1990	625
6.	CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES (art. 109, IX, CF).....	628
6.1.	Considerações iniciais.....	628
6.2.	Aspectos conceituais	629
6.2.1.	Conceito de aeronave	629
6.2.2.	Conceito de navio	631
6.2.3.	A extensão da expressão “a bordo de” navio e aeronaves.....	633
6.3.	Alcance territorial da competência jurisdicional brasileira nos crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves	637
6.4.	Crimes cometidos a bordo de navios estrangeiros privados em passagem inocente pelo mar territorial brasileiro.....	642
6.5.	Denúnciação caluniosa de crime supostamente ocorrido no interior de aeronave ou navio.....	645
7.	INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO (art. 109, inciso X, CF)	647
8.	CRIMES ENVOLVENDO DISPUTA SOBRE DIREITOS INDÍGENAS (art. 109, XI, CF).....	650
8.1.	Ofensa a interesses coletivos da comunidade indígena.....	650

8.2.	Atuação da Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI.....	653
8.3.	Ilegitimidade ativa dos conselhos indigenistas em questões penais	655
8.4.	Diretrizes para julgamento de casos criminais envolvendo indígenas.....	656
8.5.	Responsabilização do réu indígena.....	659
8.5.1.	Reconhecimento dos métodos próprios de solução de conflitos.....	659
8.5.2.	Penas restritivas de direito e privação da liberdade....	661
CAPÍTULO 7 – VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS		663
1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	663
2.	A CRIAÇÃO DE VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS NO BRASIL	666
3.	BASE LEGAL E CONSTITUCIONALIDADE	670
4.	COMPETÊNCIA MATERIAL DAS VARAS ESPECIALIZADAS	673
4.1.	Abrangência.....	673
4.2.	Direito intertemporal.....	674
4.3.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> e prevenção	675
5.	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	678
CAPÍTULO 8 – JULGAMENTO POR COLEGIADO DE JUÍZES EM PRIMEIRO GRAU		679
1.	INSTAURAÇÃO DE COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU	679
1.1.	Contextualização	679
1.2.	Conceito de organização criminosa	681
1.3.	Aspectos procedimentais da instauração do colegiado	685
1.4.	Considerações à luz do princípio do juiz natural.....	687
1.5.	Juízes “sem rosto”?	689
2.	VARAS CRIMINAIS COLEGIADAS.....	692
CAPÍTULO 9 – EXECUÇÃO DE PENAS PELA JUSTIÇA FEDERAL		695
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	695

2.	EXECUÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	697
3.	EXECUÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE EM REGIME ABERTO E SEMIABERTO	698
3.1.	A prisão domiciliar e a Súmula Vinculante nº 56 do STF	698
3.2.	Prisão domiciliar em regime aberto	700
3.3.	Prisão domiciliar em regime “semiaberto harmonizado”	701
3.4.	A competência para a expedição do mandado de prisão.....	703
4.	EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA	707
4.1.	Alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019.....	707
4.2.	Inadimplemento da pena de multa e extinção da punibilidade.....	710
4.3.	Execução da pena de multa em condenações proferidas pela Justiça Federal	712
5.	TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS	714
5.1.	Considerações iniciais.....	714
5.2.	Transferência de execução da pena	716
5.3.	Transferência de pessoas condenadas	719
5.4.	Competência da Justiça Federal para a execução das penas.....	721
	CAPÍTULO 10 – SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL	725
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	725
2.	CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO OU TRANSFERÊNCIA.....	727
3.	O PROCEDIMENTO BIFÁSICO DE INCLUSÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL	730
3.1.	Juízo de admissibilidade perante o juízo de origem.....	730
3.2.	Fase perante o Juízo Federal corregedor do presídio federal	732
4.	Procedimento abreviado de inclusão emergencial	734
5.	A decisão de inclusão no Sistema Penitenciário Federal	737
5.1.	Fundamentação concreta	737
5.2.	Extensão da cognição realizada pelo Juízo Federal.....	738
6.	Prazo de permanência e prorrogações	739
7.	Recursos cabíveis.....	742

8.	Formação de colegiado em primeiro grau	744
9.	Competência para a execução da pena ou fiscalização da prisão provisória em caso de transferência.....	745
10.	Regime fechado de segurança máxima (com isolamento e monitoramento)	747
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	753